



LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE  
(ORGANIZADORA)

# INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2

 **Atena**  
Editora  
Ano 2019

**Luciana Pavowski Franco Silvestre**  
(Organizadora)

**Investigação Científica nas Ciências  
Sociais Aplicadas**  
**2**

**Atena Editora**  
**2019**

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
162	<p>Investigação científica nas ciências sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-689-8 DOI 10.22533/at.ed.898190710</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.72</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O e-book “Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas” publicado pela editora Atena, apresenta 40 pesquisas realizadas com temáticas que contribuem para conhecermos um pouco mais sobre a sociedade em que vivemos, bem como, sobre os desafios e estratégias relacionadas a esta.

Os artigos foram organizados em sete seções, além de dois artigos que trazem temas gerais para o debate. As seções estão divididas conforme segue: Desenvolvimento Urbano; Desenvolvimento Organizacional; Meio Ambiente e Economia; Políticas Públicas; Formação Profissional: Ensino, pesquisa e extensão; O feminino e as diferentes interfaces com as relações de gênero e Relações sociais: representações e reflexões;

O e-book apresenta caráter interdisciplinar e as publicações fundamentam o debate sobre temas que são centrais para a sociedade contemporânea. Possibilitam reconhecer e dar visibilidade às relações estabelecidas com os temas propostos e os aspectos econômicos, enquanto categoria central para se pensar nos desafios e estratégias postos para a vida em uma sociedade capitalista.

Destaca-se a seção que trata do tema “Formação Profissional”, em que são apresentados seis pesquisas voltadas para o reconhecimento da importância e contribuição do ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento regional e prestação de serviços à população.

Os artigos e seções mantêm articulação entre si e contribuem para a divulgação e visibilidade de pesquisas que se voltam para o reconhecimento das estratégias e necessidades postas para vida em sociedade no atual contexto social, econômico e político.

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

### IV. POLÍTICAS PÚBLICAS

#### CAPÍTULO 1 ..... 1

IMPORTÂNCIA DA CADEIA DE CUSTÓDIA E O PROCESSO DE REVITIMIZAÇÃO DAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL NA CIDADE DE PORTO NACIONAL-TO, BRASIL

*Daniel Pires*

*Vanessa da Silva Matos Galvão*

*Fabiana Martins Venturini Andrade*

**DOI 10.22533/at.ed.8981907101**

#### CAPÍTULO 2 ..... 12

INVESTIMENTOS PÚBLICOS E A GERAÇÃO DE EMPREGOS

*Mírian Rampi*

**DOI 10.22533/at.ed.8981907102**

#### CAPÍTULO 3 ..... 22

PERCEPÇÃO DE FAMILIARES SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE FAMÍLIAS DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM APÓDI/RN

*Vinícius Costa Maia Monteiro*

*Adriano da Costa Belarmino*

*Antônio de Pádua César Freire*

*Fernando Camanducaio Sales Leiteo*

*Isaac Newton Machado Bezerra*

*Jocasta Maria Oliveira Moraes*

*Maria da Conceição Lima Alves*

*Moisés de Oliveira Freire*

*Mônica Laís de Moraes*

*Newton Chaves Nobre*

*Pablo Ramon da Silva Carvalho*

*Verenilson de Paiva Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.8981907103**

### V. FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

#### CAPÍTULO 4 ..... 34

PESQUISA CIENTÍFICA E JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

*Laís de Almeida Veiga*

*Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima*

**DOI 10.22533/at.ed.8981907104**

#### CAPÍTULO 5 ..... 40

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A CONTRIBUIÇÃO UNIVERSITÁRIA: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE 2008 A 2016

*Mariane Rodrigues Volz de Aguiar*

*Adriano Correia Rodrigues*

*Jairo da Luz Oliveira*

*Sheila Kocourek*

**DOI 10.22533/at.ed.8981907105**

**CAPÍTULO 6 ..... 52**

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA: REFLEXÕES ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, ASSESSORIA TÉCNICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO

*Iara Pezzuti dos Santos*  
*André Siqueira de Mendonça*  
*Raul Pacheco Lemos dos Santos*  
*Margarete Maria de Araújo Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.8981907106**

**CAPÍTULO 7 ..... 64**

DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UMA VISÃO SOBRE A ÉTICA NA PROFISSÃO

*Maria Helena Silva Gonzaga*

**DOI 10.22533/at.ed.8981907107**

**CAPÍTULO 8 ..... 74**

A FENOMENOLOGIA DA ADOÇÃO: REFLEXÃO SOBRE A TEMÁTICA NO AMBIENTE ACADÊMICO DO CURSO DE DIREITO

*Geraldo Alves Lima*  
*Francisco Adaldson Junior Veras*

**DOI 10.22533/at.ed.8981907108**

**CAPÍTULO 9 ..... 92**

PROJETO CIVIS: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

*William Mog*  
*Lívia Teresinha Salomão Piccinini*  
*Renata de Figueiredo*  
*Beatriz da Fé Reis*

**DOI 10.22533/at.ed.8981907109**

**VI. O FEMININO E AS DIFERENTES INTERFACES COM AS RELAÇÕES DE GÊNERO**

**CAPÍTULO 10 ..... 105**

“DESINVIBILIZANDO AS MULHERES EM CONTEXTO MIGRATÓRIO INTERNO”: INTERFACES ENTRE MIGRAÇÃO, TRABALHO E GÊNERO

*Guélmer Júnior Almeida de Faria*  
*Maria da Luz Alves Ferreira*  
*Andrea Maria Narciso Rocha de Paula*

**DOI 10.22533/at.ed.89819071010**

**CAPÍTULO 11 ..... 121**

UMA ANÁLISE FEMINISTA ATRAVÉS DAS GERAÇÕES ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA MILITÂNCIA SINDICAL RURAL PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES

*Débora Bianco Lima Garbi*  
*Jáder Ferreira Leite*  
*Elisa Maria Andrade Brisola*

**DOI 10.22533/at.ed.89819071011**

<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>130</b>
ECONOMIA CRIATIVA E SUSTENTABILIDADE RURAL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DE MULHERES ARTESÃS DO SEMIÁRIDO ALAGOANO	
<i>Silvania Monteiro da Silva</i> <i>Manoel Valquer Oliveira Melo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89819071012</b>	

## **VII. RELAÇÕES SOCIAIS: REPRESENTAÇÕES E REFLEXÕES**

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>142</b>
O MORTO E SUA REPRESENTAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DA ANTROPOLOGIA SIMBÓLICA	
<i>Davi Kiermes Tavares</i> <i>José Paulo Siefert Brahm</i> <i>Diego Lemos Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89819071013</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>155</b>
REFLEXÕES SOBRE A TEORIA DA SOCIEDADE EM REDE DE CASTELLS E A TEORIA DA REDE DE AÇÃO COMUNICATIVA DE HABERMAS	
<i>Lademir José Cremonini</i> <i>Odete Maria de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89819071014</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>174</b>
DIGNIDADE HUMANA E LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA: A TELA DA SOLIDARIEDADE	
<i>Ailana Amaral Alves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89819071015</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>181</b>
DO GLAMOUR AO CHOQUE: A EXPERIÊNCIA ESTÉTICA DA MODA DE REI KAWAKUBO NA DÉCADA DE 1990 A PARTIR DE CONCEITOS BENJAMINIANOS	
<i>Camila Carmona Dias</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89819071016</b>	

## **VIII. TEMAS GERAIS**

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>193</b>
UMA QUOTA DE CONTROVÉRSIAS SOBRE AS PESQUISAS ELEITORAIS	
<i>Luci Nychai</i> <i>Jaíne Machado</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89819071017</b>	

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>219</b>
ÍNDICE DOS ATOS DE INFRAÇÕES COMETIDOS PELOS CONTADORES FISCALIZADOS	
<i>Mariana de Oliveira Santos</i> <i>Joice da Cunha Soares</i> <i>Lilane de Araújo Mendes Brandão</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89819071018</b>	

<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>226</b>
PAISAGEM URBANA E IMPACTO DE VIZINHANÇA: CONSEQUÊNCIAS DA INSERÇÃO DE UM EDIFÍCIO NO ESPAÇO URBANO	
<i>Susie Fonseca de Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89819071019</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>243</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>244</b>

## PESQUISA CIENTÍFICA E JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

**Laís de Almeida Veiga**

Universidade Católica do Salvador  
Salvador - Bahia

**Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima**

Universidade Católica do Salvador  
Salvador - Bahia

**RESUMO:** No complexo desafio de promover a justiça, muitos autores e juristas têm buscado integrar valores humanos para lidar com os conflitos entre as pessoas. Dentro desta perspectiva de reconhecer a dimensão da alteridade e respeitar as pessoas além da condição de litigantes, emergiu a sistematização dos princípios da Justiça Restaurativa, diversa da justiça retributiva. A partir da Resolução 12/2002, do Conselho Econômico e Social da ONU e, posteriormente, da Resolução 225 do Conselho Nacional de Justiça, o Brasil vem desenvolvendo esta nova estratégia de justiça. O objetivo deste artigo é identificar como os grupos de pesquisa cadastrados no Brasil integram o tema da Justiça Restaurativa. O método utilizado foi de natureza qualitativa, realizando-se a revisão de literatura, a revisão legislativa e o levantamento dos grupos de pesquisa cadastrados pelas universidades brasileiras e atualizados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Os resultados, após consulta ao inventário dos grupos

com palavra-chave “Justiça Restaurativa”, resultou na identificação de um total de 15 (quinze) grupos de pesquisa distribuídos entre Psicologia, Educação, Sociologia e Direito. Finalmente, conclui-se que o paradigma da Justiça Restaurativa integra múltiplas áreas de estudo e apresenta uma abordagem de cunho interdisciplinar. Diante dos princípios da Justiça Restaurativa, busca-se entender o conflito em um contexto que transborda a expressão literal dos códigos e das leis. Tanto a criação quanto o desenvolvimento de pesquisas pautadas na solidariedade e na alteridade inspiram e integram as reconexões humanas. Este é o compromisso da justiça, afinal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Justiça restaurativa, Pesquisa Científica, Universidades. Brasil.

### SCIENTIFIC RESEARCH AND RESTORATIVE JUSTICE IN BRAZILIANS UNIVERSITIES

**ABSTRACT:** Faced with the complex challenge of promoting justice, many authors and jurists have sought to integrate human values in their work of dealing with conflicts between people. It was within this perspective of recognizing alterity's dimension and respecting people beyond their condition of litigants that the systematization of the principles of Restorative Justice emerged, differently from retributive justice. Starting from Resolution 12/2002 of the

UN Economic and Social Council and, subsequently, Resolution 225 of the National Council of Justice, Brazil has been developing this new justice strategy. The objective of this article is to identify how the research groups registered in Brazil integrate the theme of Restorative Justice in their work. A qualitative method was used involving the literature review, the legislative review and a survey of the research groups registered by the Brazilian universities and updated in the Directory of Research Groups in Brazil. After consulting the inventory of the groups with the keyword "Restorative Justice", a total of fifteen (15) research groups were identified, distributed among the fields of Psychology, Education, Sociology, and Law. Finally, it is concluded that the Restorative Justice paradigm integrates multiple areas of study and presents an interdisciplinary approach. Faced with the principles of Restorative Justice, we seek to understand conflicts in a context that transcends the literal expression of codes and laws. Both the creation and development of research based on solidarity and otherness inspire and integrate human reconnections. This is the commitment of justice, after all.

**KEYWORDS:** Restorative Justice, Scientific Research, Universities. Brazil.

## 1 | INTRODUÇÃO

A Justiça Restaurativa (JR) se caracteriza como uma metodologia emergente para o tratamento de conflitos humanos pautada em princípios próprios, no intuito de atender as necessidades das partes envolvidas a partir de um conjunto de técnicas denominadas “práticas restaurativas”, proporcionando o encontro de vítima, ofensor, família e comunidade. Muito além desta perspectiva, as práticas que decorrem da principiologia da JR assimilam a construção da paz e podem ser desenvolvidas em diversas áreas tais como saúde, educação, empresas, entre outras.

As práticas da JR têm se ampliado continuamente, tanto com as reflexões teórico-conceituais, quanto com os avanços das pesquisas acadêmicas no país nesse sentido, sobretudo a partir da Resolução 12/2002 editada pelo Conselho Econômico e Social da ONU. O advento da Resolução 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) definiu um rumo promissor de afirmação das iniciativas na área da JR junto aos Tribunais do país.

No presente trabalho foi realizado um levantamento como o objetivo de identificar os grupos de pesquisa cadastrados no Diretório do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) que integram no seu escopo o tema da Justiça Restaurativa nas Universidades Brasileiras.

## 2 | DISCUSSÕES E RESULTADOS

A Justiça Restaurativa emerge no contexto de uma grave crise contemporânea no que se refere ao sistema penal tradicional (CARAVELLAS, 2009), como uma nova

forma de abordar a questão criminal através de outras lentes (ZEHR, 2008).

Esse modelo de caráter diferenciado, que também integra a visão Levinasiana da alteridade, decorre da insuficiência do sistema penal tradicional, pois visa acolher as necessidades de todos os envolvidos em um conflito, e não apenas a punição de *per si*. As partes, com o apoio comunitário, passam a dispor do poder e da oportunidade de procurar uma solução consensual para os conflitos advindos do convívio humano em diversas áreas, atingindo dimensões subjetivas e sociais que emergem das situações mais diversas (LIMA, 2009). Mediado pela clara lente restaurativa, o crime ou o conflito se define pelo dano à pessoa e ao relacionamento, e não ao Estado, tal como a justiça tradicional prevê.

As principais práticas restaurativas são os círculos de construção de paz, o apoio à vítima, as conferências, a mediação vítima-ofensor e os círculos de sentença e cura, como pontua Daniel Achutti (2016).

Observando por um viés comparativo, Zaffaroni (2003) explica que a justiça retributiva objetiva unicamente decidir os conflitos, propagando o poder apenas por atos unilaterais, sem contar com a participação dos envolvidos naqueles. A justiça restaurativa, por outro lado, busca solucionar os conflitos, expandindo o número de resoluções destes a partir da coexistência social.

Howard Zehr (2008) alega, nesse mesmo sentido, que a justiça retributiva vislumbra o crime apenas pela violação da lei. Dentro desta ótica, que por um determinado tempo correspondeu aos interesses e à uma evolução das relações entre Estado e envolvidos, os danos eram e são definidos em abstrato. Nesta senda o Estado ignora as necessidades da vítima e os seus direitos. O paradigma restaurativo, contudo, se propõe a observar o crime como um dano à pessoa e aos seus relacionamentos. Nesta vertente, os danos são entendidos de forma concreta, a partir de análise subjetiva de cada caso em específico, compreendendo-se as vítimas do conflito como pessoas cujos relacionamentos e conexões humanas foram atingidos e cujas necessidades e direitos das vítimas constituem preocupações fundamentais no processo (LIMA, 2017).

A proposta da justiça restaurativa é, portanto, incluir a vítima nos debates sobre os conflitos para que os operadores do direito não sejam os protagonistas do caso, priorizando assim uma abordagem ampla do conflito e dos danos causados (ACHUTTI, 2016). Nesse contexto, Ana Maria Pereira de Souza (2014) destaca a perspectiva do sistema restaurativo em satisfazer a necessidade das partes envolvidas no processo, valorizando-se assim o princípio da voluntariedade, em que as partes só se reunirão se assim consentirem. Trata-se, portanto, de um sistema possível e de natureza macro (LIMA, 2017) no qual as pessoas resolvem em conjunto como lidar com o problema (ASHFORD, 2002).

No Brasil, as práticas restaurativas se iniciaram com projetos pilotos instaurados em Brasília, Porto Alegre e em São Paulo, a partir do projeto “Promovendo Práticas Restaurativas no Sistema de Justiça Brasileiro” no ano de 2004 (ORSINI; LARA, 2012)

O paradigma restaurativo conta, entre um quadro normativo que se amplia, com a Resolução 12/2002, do Conselho Econômico e Social da ONU e com a Resolução 225 do ano de 2016 do Conselho Nacional de Justiça no Brasil. A primeira resolução determinou princípios básicos para a utilização da JR em matéria criminal, ao tempo em que a segunda diz respeito à sua aplicação no Brasil, bem como as atribuições do CNJ na organização destes projetos. É justamente a partir da edição desta primeira que os estudos sobre Justiça Restaurativa vêm se consolidando no país.

Além do desenvolvimento das técnicas restaurativas, a pesquisa no Brasil acerca deste tema vem se consolidando nos últimos anos, assumindo uma relevância significativa para os avanços dessas práticas. Ressalta-se que os grupos de pesquisa acadêmicos constituem um meio fundamental para a realização das pesquisas, caracterizando-se, de acordo com Rossit, Santos Junior, Medeiros, Medeiros, Regis e Batista (2018), como um local próprio para compartilhar saberes, produzir conhecimentos e construir conjuntamente um espaço de aprendizagens.

Nesse sentido, dentro das atividades do Núcleo de Justiça Restaurativa e Práticas Restaurativas do Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica do Salvador, orientado e coordenado pela docente coautora, foi realizado o levantamento de grupos que realizam pesquisa nessa área no Brasil. Foi utilizado o buscador do diretório de grupos de pesquisa no Brasil da plataforma *lattes*. De acordo com as informações encontradas neste próprio portal, este se constitui no inventário dos grupos de pesquisa científica e tecnológica que estão em atividade no país. O levantamento identificou um total de 37.640 grupos de pesquisa distribuídos nas diversas instituições de ensino superior no país, conforme dados de 2016.

O portal do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil da plataforma *lattes* (CNPq) informa que os grupos de pesquisa estão localizados em universidades, em instituições isoladas de ensino superior com cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em institutos de pesquisa científica e em institutos tecnológicos, respectivamente.

Mediante a inserção da palavra-chave “justiça restaurativa”, filtrada pelos campos de busca “nome do grupo”, “nome da linha de pesquisa” e “palavra-chave da linha de pesquisa”, apenas contando com os grupos certificados, foram identificados um total de 15 (quinze) grupos de pesquisa acerca do tema no mês de junho de 2019.

Dentre os grupos identificados, 02 (dois) pertencem à área da Educação, 01 (um) à área da Sociologia, 02 (dois) da Psicologia e, prevalecendo com o maior número de resultados, 10 (dez) grupos foram encontrados na área do Direito. Destaca-se que predomina o estudo sobre a Justiça Restaurativa nas Universidades públicas, que contam com 10 (dez) grupos ativos, enquanto apenas 05 (cinco) grupos provêm de Universidades privadas.

A maioria dos grupos encontrados, tal como se infere, está na área jurídica, sugerindo que a formação nesta área pode estar dialogando com uma nova escala de valores humanos. Isso diz respeito ao cunho interdisciplinar que a Justiça Restaurativa se insere, abarcando matérias que envolvem a psicologia, a sociologia, a educação e

o serviço social, além do Direito.

### 3 | CONCLUSÃO

Diante dos resultados práticos que têm sido construídos ao longo do século XXI e vêm sendo alcançados no país e no mundo, o paradigma restaurativo se mostra como um auxílio necessário no contexto da falência do sistema penal por si só. Para que continue avançando, se torna imprescindível o desenvolvimento de novas pesquisas que integrem as demais áreas do conhecimento, tendo em vista que o tema integra uma abordagem de natureza interdisciplinar.

Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de implementação de mais grupos de pesquisa na área a fim de promover tanto o conhecimento de caráter teórico-conceitual, quanto a discussão do alcance das práticas de JR a partir de uma abordagem ética, valorizando-se o diálogo e a alteridade, tendo em vista que o intuito das práticas é compreender o conflito em um contexto que não se limite a interpretação literal das leis.

Além disso, deve-se embasar as pesquisas nos valores humanos para fortalecimento das relações, para que as práticas restaurativas sigam esse mesmo viés, conseqüentemente. Este é o compromisso da justiça, afinal.

### REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Daniel. **Justiça Restaurativa e Abolicionismo Penal: contribuições para um novo modelo de administração de conflitos no Brasil**. Ed. Saraiva, 2 edição. São Paulo, 2016.

ASHFORD, Andrew. **Responsibilities, Rights and Restorative Justice**. British Journal of Criminology, nº 42, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº. 225**. Brasília, 2016. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/atos\\_normativos/resolucao/resolucao\\_225\\_31052016\\_02062016161414.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_225_31052016_02062016161414.pdf)>. Acesso em: 15 de junho de 2019.

CARAVELLAS, Elaine M. C. Tiritan M. **Justiça restaurativa**. In LIVIANU, R., coord. **Justiça, cidadania e democracia**. Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. pp. 120-131. ISBN 978-85-7982-013-7. Rio de Janeiro: Disponível em SciELO Books: <<http://books.scielo.org>>.

Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. **Resolução 2002/12**. 24 de Julho de 2002. Disponível em: <<http://justica21.web1119.kinghost.net/j21.php?id=366&pg=0#.WR3fiZLyvcs>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

Diretório de grupos de pesquisa do Brasil Lattes CNPq. **Diretório: O que é?** Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-e/>>. Acesso em 17 de junho de 2019.

Diretório de grupos de pesquisa do Brasil Lattes CNPq. **Histórico: Censo atual**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/censo-atual>>. Acesso em 17 de junho de 2019.

LIMA, I.M.S.O.L.; **A narrativa: relação áurea com a estratégia da Justiça Restaurativa**. In: In:

VALOIS, Luiz Carlos; SANTANA, Selma; MATOS, Taysa; ESPÍNEIRA, Bruno. (Org.). JUSTIÇA RESTAURATIVA. 1ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017, v. 1, p. 105-128.

LIMA, I.M.S.O. **The face of law in everyday life: a case study in Novos Alagados.** In: Ana Cecilia de Sousa Bastos; Elaine Pedreira Rabinovich. (Org.). Living in Poverty: Developmental poetics of cultural realities. Charlotte: IAP, 2009, v. 1, p. 213-236.

ORSINI, A. G. S; LARA, C. A.S. **Dez anos de práticas restaurativas no Brasil: a afirmação da justiça restaurativa como política pública de resolução de conflitos e acesso à justiça.** Responsabilidades, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 305-324, set. 2012/fev. Disponível em: <[http://as1.trt3.jus.br/bdtrt3/bitstream/handle/11103/2631/adriana\\_sena\\_dez\\_anos\\_praticas\\_restaurativas.pdf?sequence=1](http://as1.trt3.jus.br/bdtrt3/bitstream/handle/11103/2631/adriana_sena_dez_anos_praticas_restaurativas.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 19 jul 2019.

ROSSIT, Rosana Aparecida Salvador; SANTOS JUNIOR, Carlos Francisco, MEDEIROS, Nara Maria Holanda de; MEDEIROS, Lucilene Martorelli Ortiz Petin; REGIS Cristiano Gil; BATISTA, Sylvania Helena Souza da Silva. **Grupo de pesquisa como espaço de aprendizagem em/sobre Educação Interprofissional (EIP): narrativas em foco.** Interface: Comunicação, Saúde e Educação. 22 (Supl. 2): 1511-23. Botucatu, SP, 2018.

SOUZA, Ana Maria Pereira de. **A vítima no processo penal: uma análise sob o viés da Justiça Restaurativa.** Justiça Restaurativa: Um sistema jurídico-penal mais humano e democrático. Org: Selma Pereira de Santana e Ilíson Dias dos Santos. Salvador, 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça.** São Paulo: Palas Athena, 2008.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Luciana Pavowski Franco Silvestre** - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abuso sexual 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10

Acadêmicos 37, 62, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 74, 75, 86, 88, 89, 90

Adoção 74, 75, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90

Amostragem 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217

Antropologia 78, 108, 142

Assistência técnica 58, 92, 93, 94, 102

Aura 181, 182, 183, 184, 190, 191

### B

Brasil 1, 2, 3, 5, 9, 11, 12, 20, 22, 23, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 47, 48, 49, 57, 59, 62, 63, 65, 74, 75, 82, 83, 84, 85, 90, 91, 102, 110, 112, 113, 117, 119, 121, 122, 128, 129, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 150, 151, 153, 154, 194, 204, 205, 217, 218, 242

### C

Cadeias de custódias 1, 7

Capital intelectual 130, 131, 132, 133, 135, 140

Centro de atenção psicossocial 22, 26, 33

Choque 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191

Cidade 1, 2, 3, 4, 10, 17, 18, 23, 26, 33, 53, 54, 59, 62, 86, 93, 94, 95, 96, 113, 114, 115, 142, 143, 145, 185, 212, 215, 226, 228, 229, 234, 238, 239, 240, 241, 242

Cinema 174, 175, 177, 179

Contabilidade 13, 20, 21, 48, 49, 64, 65, 66, 72, 219, 220, 221, 222, 225

Curso de direito 90

### D

Deficiência 174, 175, 177, 178, 179, 180

Desenvolvimento regional 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 120

Dignidade humana 174, 176, 178

### E

Economia 12, 13, 15, 42, 46, 48, 49, 51, 63, 107, 115, 130, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 140, 141, 193, 195, 198, 215

Empoderamento feminino 130

Estatuto da criança e do adolescente 91

Ética 3, 11, 27, 38, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 90, 133, 179, 219, 220, 221, 222, 225

Experiência 23, 24, 30, 31, 33, 52, 53, 55, 60, 63, 76, 78, 79, 80, 82, 88, 89, 92, 93, 119, 128, 130, 131, 169, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190

## F

Família 6, 10, 11, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 56, 57, 58, 74, 82, 83, 86, 88, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 113, 116, 117, 125, 128, 134, 143, 146, 174, 179, 195, 243

Familiares 7, 9, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 53, 56, 62, 107, 118, 125, 132, 150

Fenomenologia 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 162, 164

## I

Impacto de vizinhança 226, 233

Inclusão social 12, 13, 94, 140, 178

Infração 219, 222, 224

## J

Justiça restaurativa 34, 36, 37, 38, 39

## M

Migração interna 105, 112, 119, 120

Moda 78, 141, 166, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 189, 190, 191

Morte 79, 142, 143, 145, 151, 152, 153, 154, 242

Morto 142, 143, 150, 152, 153

Mundo da vida 155, 156, 157, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

## P

Paisagem urbana 226, 227, 229, 235, 241, 242

Pesquisa científica 11, 34, 37

Pesquisas eleitorais 193, 194, 195, 196, 198, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218

Princípios morais 64

Probabilidade 193, 197, 199, 202, 209, 210, 213, 214

Profissional 4, 6, 24, 25, 33, 44, 52, 55, 59, 60, 64, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 94, 102, 116, 194, 219, 221, 222, 224, 225

Projeto civis 92, 94

## Q

Quotas 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 208, 212, 213, 214, 215, 216, 217

## R

Razão de sexo 105, 114, 115

Rede de ação comunicativa 155, 156, 163, 165, 167

Relações de gênero 63, 105, 106, 107, 108, 110, 118, 124, 127, 128

Representação 42, 125, 142, 143, 146, 163, 187, 201, 208

Revitimização 1, 3, 4, 5, 7, 10

Revolução tecnológica informacional

## **S**

Saúde criança 93, 103, 104

Saúde mental 7, 9, 11, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33

Sociedade em rede 155, 156, 158, 159, 161, 162, 163, 170, 171, 172

## **T**

Taxa líquida de migração 105, 111, 115

Trabalho 4, 6, 7, 15, 18, 19, 25, 26, 33, 35, 40, 42, 43, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 82, 89, 93, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 139, 140, 156, 168, 174, 176, 181, 182, 186, 187, 188, 204, 220, 229

## **U**

Universidades 34, 35, 37, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51

## **V**

Vítimas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 36, 93, 109

Vivência 26, 125, 126, 181, 184, 185, 186, 190

## **Z**

Zona rural 53, 115, 130, 131

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-689-8

